



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata da Sessão Extraordinária de 23 de novembro de 2017

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal na Sala das Sessões nos Paços do Concelho.

- **Estiveram presentes os seguintes deputados municipais eleitos:**

- Miguel Espregueira Mendes Pereira Leite;
- Artur Jorge Silva Braga em substituição do Senhor Deputado Luís Garcia Braga da Cruz;
- André Sérgio Navarro de Noronha;
- Marco Regis Lacomblez Leitão em substituição do Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro;
- Pedro Miguel de Azeredo Duarte;
- Maria Paula Bonifácio Ribeiro de Faria;
- Miguel de Miranda Cabral Dias Gomes;
- Maria Cecília Pinto Silva Sampaio em substituição da Senhora Deputada Maria José Rocha Espinheira;
- Alfredo César Vasconcelos Navio;
- José Manuel Pinto Varela em substituição do Senhor Deputado Rui Pedro de Araújo Sá;
- Susana Salbany Constante Pereira em substituição do Senhor Deputado João Pedro Furtado Cunha Semedo.
- Gustavo Rodrigues Pimenta;
- Alberto Nuno Bragança de Assunção de Araújo Lima;
- Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce Leão;
- Pedro Luís da Rocha Baptista;
- Rodrigo Vieira de Oliveira;
- Tiago Serrano Correia Lacerda em substituição do Senhor Deputado Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida;
- Patrícia Monte Pinto Ribeiro Faro;
- Fernando Miguel Pinho Faria Bravo em substituição da Senhora Deputada Mariana Ferreira Ribeiro Macedo;
- Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne;
- Paulo Jorge Lopes Teixeira;
- Pedro Braga de Carvalho;
- Artur Manuel Ferreira Ribeiro em substituição do Senhor Deputado Belmiro Guimarães Píñheiro de Magalhães;
- Bárbara Lopes Veiga;



- José António de Abreu Gonçalves Serôdio;
 - Rui Carlos Morais Lage;
 - Luís Miguel Bonifácio Osório;
 - Carla Maria Pereira Afonso Leitão;
 - Maria Da Graça Sousa Raimundo Azevedo Laranjeira Vaz em substituição da Senhora Deputada Cláudia Sofia da Costa Santos;
 - Diogo Miguel de Sá Meireles;
 - Bebiana Maria Ribeiro da Cunha;
 - António David dos Santos Ribeiro;
 - Alfredo dos Santos Fontinha;
 - Francisco Artur Pires de Carvalho Carrapatoso;
 - Maria José Pinto de Mesquita de Vasconcelos e Sousa de Lacerda;
 - Sara Nascimento Figueiredo Santos em substituição da Senhora Deputada Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues;
 - Serafim Ferreira Nunes;
 - Eduardo Manuel Neves Oliveira Carqueja;
 - Joel Francisco Pontes de Oliveira;
- **Estiveram presentes os seguintes Presidentes das Juntas de Freguesia e Uniãos de Freguesia:**
 - Junta de Freguesia do Bonfim, José Manuel da Fonseca Carvalho;
 - Junta de Freguesia de Campanhã, Ernesto Fortunato Neves dos Santos;
 - Junta de Freguesia de Paranhos, Alberto Amaro Guedes Machado;
 - Junta de Freguesia de Ramalde, António Castanheira Fernandes Gouveia;
 - União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Nuno Raposo de Magalhães Ortigão de Oliveira;
 - União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, António José Gonçalves Fonseca;
 - União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Carla Sofia da Silva Soares Maia;

Verificando-se a existência de quórum, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite** declarou aberta a sessão.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

– Apreciação e votação da ata da sessão extraordinária de 25 de outubro de 2017.



Aprovada, por unanimidade.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, informou que iriam proceder à votação, por escrutínio secreto, da lista de candidatos à Comissão Executiva Metropolitana, e à eleição de um Presidente de Junta de Freguesia que irá representar as freguesias do Município no Conselho Municipal da Educação.

1. Votação sobre a lista de candidatos à Comissão Executiva Metropolitana.

Foi feita a votação por escrutínio secreto, apenas pelos Senhores Deputados eleitos.

Terminado o escrutínio, por voto secreto, contados os votos, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite** informou o resultado da votação da lista de candidatos a membros da Comissão Executiva Metropolitana:

• Primeiro-Secretário:

Mário Rui de Oliveira Soares.

• Secretários metropolitanos:

Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira;

Lino Joaquim Ferreira;

Ângelo Augusto Santos Oliveira;

Cláudia Manuela Ramos Vieira.

- Votos a favor: 24;
- Votos contra: 8;
- Votos em Branco: 7.

2. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia que irá representar as freguesias do Município no Conselho Municipal da Educação, nos termos do disposto no art.º 5.º, alínea d), do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, alterado pela Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 72/2015, de 11 de maio.

Foi apresentada uma única proposta do Grupo Municipal Rui Moreira: Porto, Nosso Partido com o seguinte representante:



– Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ramalde, António Castanheira Fernandes Gouveia.

Foi feita a votação por escrutínio secreto.

Terminado o escrutínio, por voto secreto, contados os votos, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite** informou o resultado da votação.

- Votos a favor: 38;
- Votos em Branco: 5;
- Votos Nulos: 3.

3. Discussão e deliberação sobre a proposta de cedência em direito de superfície e reversão ao CCDTCMP.

O Senhor Deputado Joel Oliveira (BE) disse que, tendo em conta o relevante trabalho social e cultural realizado pelo Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores da Câmara Municipal do Porto, o BE votará favoravelmente a proposta apresentada.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) considerou que o CCD do Porto é uma instituição com projetos muito relevantes do ponto de vista social e comunitário e, como tal, deve ser reconhecido, apoiado e incentivado.

A proposta foi aprovada, por unanimidade.

4. Discussão e deliberação sobre a proposta de alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Economia do Porto/Casa dos 24.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, informou que foram apresentadas à Mesa duas propostas de alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Economia do Porto/Casa dos 24, uma proveniente do Grupo Municipal do BE e outra do Grupo Municipal do PS.

A Senhora Deputada Bárbara Veiga (BE) apresentou a proposta de alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Economia do Porto/Casa dos 24 do seu grupo municipal.

Concordou com as alterações propostas pelo Executivo, nomeadamente com a inclusão de um representante do Instituto Politécnico do Porto e de um representante da Reitoria da Universidade do Porto. Sugeriu que, para além da inclusão daquelas duas entidades fossem também incluídas Associações da Defesa de Consumidores, Associações de Inquilinos, a Rede Europeia Anti Pobreza e a Misericórdia do Porto.



O Senhor Deputado Pedro Braga de Carvalho (PS) apresentou a proposta de alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Economia do Porto do seu Partido.

Mostrou-se de acordo com a proposta do Executivo, no entanto o art.º 14.º, n.º 4, suscita-lhes algumas dúvidas e reservas. Sugeriu que o texto do referido artigo fosse alterado de acordo com a redação alternativa que o PS apresentou.

O Senhor Presidente da Câmara, Rui Moreira, disse que, olhando para a composição do Conselho Municipal de Economia, não consegue identificar os grandes interesses económicos de que a Senhora Deputada do BE falou.

Concordou plenamente com a sugestão feita pelo Senhor Deputado do PS, considerando que é perfeitamente razoável e recomendável que se promova essa alteração.

O Senhor Deputado Luís Miguel Osório (Porto Autêntico) considerou que os conselhos municipais, sejam eles quais forem, deviam ser dinamizados, deviam produzir algo de concreto para usufruto da cidade e dos seus cidadãos.

Disse que não conhece a atividade produzida pela Casa dos 24, que certamente existe, mas entende que devia haver uma maior divulgação para imprimir mais dinamismo àquela entidade.

Quanto à composição do Conselho Municipal de Economia, disse que seguramente haverá muitas instituições com valor que poderiam ali estar representadas, mas há uma, a Universidade Católica, que já fez parte daquele órgão e que, no seu entender, devia continuar a fazer, não só pela referência educacional na cidade e pelo reconhecimento internacional, mas também pelo trabalho desenvolvido e pela importância que tem.

Perguntou se existe alguma razão de vulto para que a Universidade Católica deixasse de fazer parte daquele Conselho Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira deu conta que, no anterior mandato, participou em dois conselhos municipais, nomeadamente no Conselho Municipal de Segurança, no qual participou também o Senhor Deputado Artur Ribeiro. Considerou que as reuniões foram extremamente interessantes, muito participadas e os contributos foram enormes e muito úteis.

Relativamente à Casa dos 24, referiu que ela teve um papel fundamental na consensualização entre o setor público e o setor privado no que diz respeito à implementação da taxa turística e sua utilização.

Quanto à composição do Conselho de Economia, disse que, ao limitar-se o número de participantes a 24 – 12 instituições e 12 personalidades – existe sempre alguma dificuldade de escolha.

Informou que entenderam substituir a Faculdade de Economia da Universidade do Porto pela Reitoria da Universidade do Porto, permitindo assim que seja a Reitoria a decidir o representante que vai estar em cada reunião, de acordo com o assunto que vai ser discutido.



Explicou que a Universidade Católica foi excluída para dar lugar ao Instituto Politécnico do Porto por este ter ganho, nos últimos anos, uma dimensão absolutamente crucial na cidade do Porto. Disse que aquela lhe pareceu a escolha mais judiciosa, não havendo qualquer outra razão para a exclusão da Universidade Católica.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) disse que, na sua opinião, seria pertinente que uma das personalidades escolhidas fosse alguém com trabalho reconhecido e conhecimentos no âmbito da proteção ambiental, tendo em vista a promoção de um desenvolvimento sustentável.

Considerou que faria sentido que o Conselho Municipal de Economia tivesse mais representantes e que fosse dado conhecimento de todos os seus pareceres à Assembleia Municipal.

Chamou a atenção para o facto de no *site* da Autarquia apenas estar disponível o Regulamento do Conselho Municipal da Juventude. Disse que era importante disponibilizarem os Regulamentos dos restantes Conselhos Municipais.

O Senhor Deputado Pedro Braga de Carvalho (PS) afirmou que a Escola de Direito do Centro Regional do Porto é das escolas de direito mais dinâmicas do País, com uma vasta produção científica e académica e com uma enorme capacidade para se internacionalizar e que a Faculdade de Economia e Gestão, a Católica Business School, é também um centro de excelência na sua área.

Referiu-se à importância da Escola das Artes, o único centro de ensino de restauro e de som e imagem a Norte do País, pelo que o Centro Regional do Porto e a Universidade Católica não estão certamente decadentes.

Mostrou-se de acordo com a substituição da Universidade Católica pelo Instituto Politécnico do Porto.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira fez notar que não se referiu à Universidade Católica como uma instituição decadente, nem pôs em dúvida a excelência dos professores e de tudo o que lá é feito, aquilo que disse foi que, na sua opinião, a Universidade Católica, de há uns anos para cá, tem vindo a perder autonomia.

Saiu da Sala o Senhor Deputado Miguel Gomes.

Votação da proposta de alteração do Regulamento, apresentada pelo Grupo Municipal do BE.

A proposta foi rejeitada, com 25 votos contra (Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido e Porto Autêntico), 4 votos a favor (Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido e BE) e 16 abstenções (PS, Porto Autêntico, CDU e PAN).

Entrou na Sala o Senhor Deputado Miguel Gomes.



Votação da proposta de alteração do Regulamento, apresentada pelo Grupo Municipal do PS.

A proposta foi aprovada, por maioria, com 45 votos a favor (Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido, PS, Porto Autêntico, BE, CDU e PAN) e 1 abstenção (Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido).

Votação da proposta de alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Economia do Porto/Casa dos 24, com as alterações propostas pelo Grupo Municipal do PS:

A proposta foi aprovada, por maioria, com 43 votos a favor (Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido, PS, Porto Autêntico, CDU e PAN) e 3 votos contra (BE).

5. Discussão e deliberação sobre a proposta de desafetação de uma parcela de terreno do domínio público municipal, que faz parte do leito da Rua da Fonte Velha.

O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU) disse não se sentir muito à-vontade para votar aquela proposta, porque não consegue perceber se aquela desafetação tem alguma utilidade para a cidade.

Considerou que, em situações como aquela, devia estar presente na Assembleia Municipal alguém habilitado, acompanhado de uma planta pormenorizada, para esclarecer os Deputados sobre aquilo que está em causa e que vantagens pode ter para a cidade.

Quis saber qual é a área real da parcela a desafetar, uma vez que na introdução da proposta diz 744 m² e depois refere 197 m².

Deu conta que, da discussão pública aberta pela Câmara Municipal, surgiu uma reclamação de um morador no local. Perguntou quais os fundamentos que levaram a considerar im procedente a referida reclamação.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) considerou que, à partida, a construção de um hospital justifica a desafetação em causa. Disse que, no entanto, é necessário assegurar aos moradores, durante todo o processo, o acesso às suas habitações, nomeadamente o acesso de ambulâncias e de cadeiras de rodas.

Perguntou ao Executivo se já existem planos para os terrenos que irá obter com aquela permuta.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Campanhã, Ernesto Santos deu nota que a parcela de terreno em causa está inativa há já vários anos e tem servido nos últimos tempos para os utentes da Feira da Vandoma depositarem o lixo, por isso há todo o interesse em fazer aquela cedência.

Disse que vai votar favoravelmente aquela proposta.



O Senhor Deputado Joel Oliveira (BE) quis saber se o desvio das infraestruturas que vem descrito na proposta vai ser suportado pelo Município ou não, pois isso vai determinar o sentido de voto do BE.

O Senhor Diretor da Direção Municipal de Finanças e Património, Pedro Santos mostrou uma planta e algumas fotografias do local, explicando detalhadamente todo o processo.

Informou que os atuais proprietários das parcelas identificadas na planta aceitaram não receber o valor da expropriação, recebendo, em contrapartida, o pagamento em espécie com parcelas de terreno municipal mais o correspondente valor em numerário pela diferença de áreas que os terrenos têm.

O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU) disse que os esclarecimentos prestados pelo Senhor Dr. Pedro Santos deviam ter sido dados previamente a todos os Deputados da Assembleia Municipal.

Disse que a questão que colocou sobre a área real da parcela de terreno a desafetar não foi esclarecida.

O Senhor Deputado Joel Oliveira (BE) disse que a sua pergunta sobre se as infraestruturas da mudança vão ser suportadas pelo Município ou não também não obteve resposta.

O Senhor Diretor da Direção Municipal de Finanças e Património, Pedro Santos explicou que os 744 m² referem-se à área global para o pagamento em espécie que a Câmara irá fazer e os 197 m² correspondem à área a desafetar, que é o que a Assembleia Municipal naquele momento está a apreciar e deliberar.

Informou que o desvio das infraestruturas é da responsabilidade dos produtores da operação urbanística que está em causa.

A proposta foi aprovada, por maioria, com 43 votos a favor (Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido, PS, Porto Autêntico, BE e PAN) e 3 abstenções (CDU).

6. Discussão e deliberação sobre a proposta de aprovação dos compromissos plurianuais da DomusSocial, E.M.

O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU) chamou a atenção para o facto de a proposta do Executivo apenas mencionar as obras a realizar no Bairro do Cerco do Porto, que serão pagas em 2018 e 2019. Quis saber para quando estão previstas as obras no Bairro do Bom Sucesso, pois tem conhecimento que o projeto está praticamente pronto.

Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara como é que se vai processar a reabilitação daquele bairro, tendo em conta que cerca de 20% é propriedade privada.



O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira informou que o projeto do Bairro do Cerco do Porto sofreu algum atraso, mas que está praticamente concluído. Disse que a obra será lançada oportunamente.

Disse que, no caso do no Bairro do Bom Sucesso, a esmagadora maioria das habitações é municipal, pelo que é à Autarquia que cabe fazer a sua reabilitação, tendo que se encontrar a melhor forma de haver uma justa contribuição dos proprietários privados.

Concordou com o Senhor Deputado Artur Ribeiro quanto à venda de habitação social, pois é uma situação que provoca uma enorme dificuldade de gestão. Disse que, enquanto estiver à frente da Câmara Municipal do Porto isso não vai voltar a acontecer.

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) disse que, na sua opinião, quando o Executivo propõe à Assembleia Municipal a aprovação dos compromissos plurianuais devia prestar informações mais detalhadas aos membros daquele órgão deliberativo.

Perguntou o que é que o Executivo pretende fazer com o Abrigo dos Pequeninos, uma vez que se trata de um espaço que pode ter alguma utilidade para a cidade e para os seus cidadãos.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, disse que não estando o BE e o PAN representados no Executivo é natural que possam sentir algum défice de informação relativamente a matérias que são discutidas naquele órgão municipal.

Sugeriu que, sempre que necessitarem, se dirijam à Mesa, ao Executivo Camarário ou às Empresas Municipais para obterem as informações que pretenderem.

Relativamente ao Abrigo dos Pequeninos, informou que foi determinado pelo anterior executivo que aquele edifício se destinava à manutenção das reservas municipais. Disse que atualmente aquilo que está projetado para aquele espaço é um centro de restauro para peças que se encontram espalhadas por vários locais.

Deu nota que o Arquiteto convidado para fazer o projeto apresentou um valor muito superior ao estimado, tendo sido considerado um valor excessivo para o fim em vista, pelo que vai ter que se rever a estratégia.

O Senhor Deputado André Noronha (Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido) informou que aquela proposta teve que ser presente à Assembleia Municipal apenas por se tratar uma despesa plurianual. O que se pede ao órgão deliberativo é que autorize uma despesa que abrange mais do que um exercício. Considerou que a proposta apresentada não tem nenhuma deficiência de informação.

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) agradeceu o esclarecimento prestado pelo Senhor Deputado André Noronha.

Sublinhou que não disse que a proposta tinha deficiências, mas apenas que aquele tipo de propostas devia conter o máximo de informação possível.



Quanto ao Abrigo dos Pequeninos, disse que não pôs em causa a existência de uma estratégia, apenas quis transmitir a sua preocupação e a preocupação dos cidadãos locais.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira disse que, de facto, houve uma Associação de Solidariedade Social, a Ajudaris, que manifestou interesse em ocupar o Abrigo dos Pequeninos, mas chegou-se à conclusão que aquele espaço era excessivo para o fim em vista, para além de ter problemas em termos de acessibilidades e a recuperação do imóvel ser muito demorada.

Informou que a Câmara propôs à Ajudaris irem para a Escola da Azenha, tendo aquela Associação considerado que aquele espaço se adequava perfeitamente aos seus propósitos.

A proposta foi aprovada, por unanimidade.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MUNÍCIPES

Não houve intervenção de munícipes.

Foram distribuídos os seguintes documentos: Relatório sobre a informação financeira e de execução orçamental em 30 de junho de 2017 da DomusSocial, EM; Relatório de Execução Financeira e Orçamental da PortoLazer, EM; Relatório sobre a Informação Financeira e de Execução Orçamental em 30 de junho de 2017 da GOP, EM; Relatório de Execução Orçamental e Financeira do 1.º Semestre de 2017 da Águas do Porto, EM.

Minuta da Ata aprovada no termo da sessão:

Aprovada, por unanimidade.

E nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite** declarou encerrada a sessão, eram 22h50.

O Presidente da Assembleia Municipal

Miguel Pereira Leite

A Primeira Secretária

Paula Ribeiro de Faria